

O IMPACTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Aline Cristina Novaes da Costa¹, Friedhilde M K Manolescu²

^{1,2} Faculdade de Ciências da Saúde, Serviço Social – Univap – Av. Shishima Hifumi, 2911- Urbanova – São José dos Campos - São Paulo, alinycrys@ig.com.br, frida@univap.br

Resumo: As políticas sociais visam ampliar a capacidade de transformação, emancipação e protagonismo dos atores locais. Estes, a partir da ação prática na realidade, desempenham um papel chave nos resultados econômicos, sociais, político, ambiental e cultural. Este artigo evidencia o impacto das políticas sociais, em especial os programas de transferência de renda, no desenvolvimento regional. Percebe-se que São José dos Campos conta com uma ampla rede de proteção social, com vários programas de transferência direta de renda, que atende mais de 15.000 (quinze) mil famílias. Condicionantes ou não, estes programas causam impactos nos indicadores sociais, que indicam bons níveis e elevado nível de riqueza e contribuem para o desenvolvimento regional, ou seja, ajudam a reduzir substancialmente os níveis de desigualdade e a pobreza.

Palavras-chave: política social, programas de transferência de renda, desenvolvimento regional

Área do Conhecimento: VI - Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

As Políticas Sociais devem proporcionar a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma justa e igualitária, devem assegurar à população o exercício de direito de cidadania às diversas políticas sociais. Por definição, são compensatórias em relação ao funcionamento normal da sociedade e das distorções decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista, que discrimina e faz com que a distância entre pobres e ricos seja cada vez maior. Enfim, as políticas sociais visam reduzir os níveis de pobreza e de exclusão social.

A importância da política social de assistência social, em destaque os programas de transferência de renda, para o desenvolvimento regional é sem dúvida uma proposta séria de promoção de uma sociedade mais justa, se conciliada ao crescimento econômico e redução da desigualdade, segundo Nanak Kakwani, principal pesquisador do Centro Internacional de Pobreza. Para Kakwani, os programas de transferência de renda tentam deter a pobreza tanto no curto quanto no longo prazo. No longo prazo, eles tentam aumentar o capital humano dos pobres, o que resulta em menos pobreza no futuro.

Para Rizotti (2001), as políticas sociais produzem uma perspectiva de melhorias progressivas nas condições de vida da população e são necessárias para o desenvolvimento regional. O desenvolvimento para Boisier (2005), é um fenômeno local com características econômicas, sociais e culturais, que valoriza as potencialidades locais a partir de um processo essencialmente endógeno e descentralizador e que também está fortemente condicionado à vontade e capacidade dos atores locais.

O presente artigo ampliará a análise do impacto das políticas sociais, em especial os programas de transferência de renda, no desenvolvimento regional e trará maiores conhecimentos acerca dos investimentos feitos pelo Governo Federal e Municipal.

Metodologia

A pesquisa tem uma abordagem descritiva qualitativa, e se utiliza da revisão bibliográfica para tecer conhecimentos sobre a realidade das políticas sociais de assistência social, em destaque os programas de transferência de renda e o impacto desses no desenvolvimento regional, propondo a análise deste processo, evidenciando os programas e recursos repassados e relacionando estes aos indicadores sociais medidos no município de São José dos Campos.

Resultados

A Política Social de Assistência Social

As políticas sociais foram construídas a fim de responder ao agravamento das condições de vida, com a realização de ações de intervenção direta nas condições de reprodução da força de trabalho no país. Segundo (SILVA, 2007, p.32): “as políticas sociais no Brasil têm sido marcadas por uma ambígua concepção de justiça, de modo a compatibilizar esses elementos com o mercado e a acumulação capitalista nos padrões mundiais recentes”.

A assistência social enquanto política social pública no Brasil é marcada pelas desigualdades sociais, pelo crescimento da pobreza e por constantes violações de direitos. Conforme Oliveira (2007), a defesa da política social de assistência social, no âmbito dos direitos, da

justiça social, da redistribuição de renda e da cidadania, assume a estratégia de ampliar a capacidade de transformação das classes menos favorecidas e a de buscar possibilidades para a conquista de políticas sociais universalizantes, do reconhecimento dos indivíduos enquanto sujeitos de direitos e da construção de sua autonomia, emancipação e protagonismo.

A partir da Constituição Federal de 1988 que representou um significativo avanço no que concerne ao padrão brasileiro de proteção social e da organização da Assistência Social em 1993, com o decreto e sanção da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), esta se tornou dever do Estado, em prover os mínimos sociais e as necessidades básicas, portanto uma política de seguridade social não contributiva, direito de todo cidadão e estratégica no combate à pobreza e na constituição da cidadania, orientada por padrões da universalidade e justiça, capaz de devolver a dignidade, a autonomia e a liberdade às pessoas que se encontram em situação de exclusão e miséria. Sua gestão passou a ser efetivada por um sistema descentralizado e participativo, cabendo aos municípios uma parcela significativa de responsabilidade na sua formulação e execução.

O redirecionamento e aprofundamento das políticas sociais em curso visam garantir maior efetividade e a experiência recente com programas condicionais de transferência de renda à população mais pobre abriu uma perspectiva nova para as políticas sociais. A recente redução dos índices de desigualdade e pobreza indica que é possível operar mudanças mesmo num contexto de baixo crescimento e de recursos pouco vultosos. Assim, os programas de transferência de renda não contributivo são mecanismos diretos de redistribuição, que ajudam a reduzir substancialmente os níveis de desigualdade e a pobreza.

Tabela 1 – IDH em São José dos Campos

Índice de Desenvolvimento Humano 2000 (Ranking no Estado) ¹		
IDHM	Índice	Ranking
Geral	0,849	11º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – FJP – IPEA – 2000

Transferência de Renda em São José dos Campos

O Bolsa Família é um programa do Governo Federal criado para unificar os programas de complementação de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação). Destina-se a famílias em situação de extrema pobreza e pobreza.

O Renda Cidadã repassa apoio financeiro temporário às famílias em situação de extrema pobreza, visando à auto-sustentação e a melhoria da qualidade de vida.

O Projeto Ação Jovem objetiva beneficiar jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, com ensino fundamental e / ou médio incompletos e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, priorizando aqueles pertencentes a famílias de renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos.

O Projeto Vida em Família oferece apoio psicossocial e financeiro às famílias de baixa renda, cujas crianças/adolescentes se encontrem em situação de desligamento de abrigo.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – oferece atividades complementares à escola, bem como complementação mensal de renda para crianças e adolescentes que se encontram no trabalho infantil, com o fim de erradicar o trabalho infantil no Município.

O Bolsa Auxílio Qualificação e Juventude Cidadã são programas municipais de transferência de renda com condicionalidades, voltado aos municípios em situação de desemprego ou sem oportunidade de trabalho. Tem por objetivos proporcionar qualificação profissional e vivência da rotina de trabalho; proporcionar renda; fomentar a inclusão social do jovem e do adolescente egresso de medida sócio educativa de privação de liberdade.

O Programa de Garantia de Renda Mínima e Geração de Renda Alternativa busca-se, com a complementação da renda familiar, o acesso a bens de primeira necessidade de forma a melhorar a qualidade de vida dos beneficiários, além de capacitação para o mercado de trabalho.

Tabela 2 – Programas de Transferência de Renda

Programa	Benefício	Beneficiários
Bolsa Família	R\$ 50,00 à R\$ 95,00	14.000 famílias
Renda Cidadã	R\$ 60,00	240 famílias
Ação Jovem	R\$60,00	1.500 jovens
Vida em Família	R\$180,00/filho até R\$360,00	50 famílias
PETI	R\$ 40,00	300 crianças/adolescentes
BAQ/Juventude Cidadã	R\$ 411,00	2.000 famílias
PGRM	até R\$410,00	642 famílias

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social SJC 2008

Tabela 3 - Indicadores Sociais

Índice de Gini ¹	0,58
Renda Per Capita (em salários mínimos) 2000 ²	3,11
População em Idade Ativa - PIA ³	459.358
População Economicamente Ativa - PEA ³	266.790
Taxa de Alfabetização da População de 15 anos e mais (%) ³	96,40
Média de Anos de Estudo da População de 10 anos e mais ³	8,74

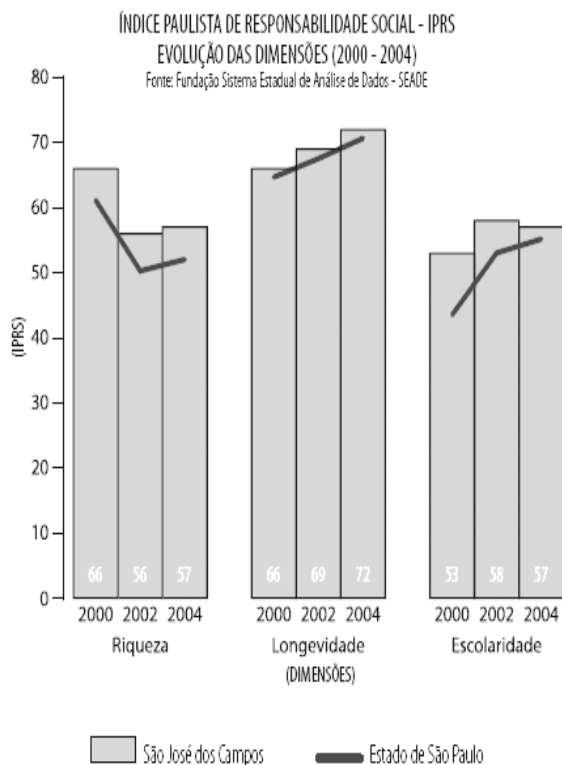
Fonte: 1. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – FJP – IPEA – 2000

2. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

3. Pesquisa de Instrumentação do Planejamento Urbano e Avaliação do déficit Habitacional em SJ (Convênio PMSJC/NEPO – UNICAMP – 2003)

A classificação IPRS de São José dos Campos 2004 - coloca o Município no Grupo 1, ou seja, Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais

Tabela 4 – Índice Paulista de Responsabilidade Social - IRPS



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Discussão

A mudança do papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico passou a intervir nas

decisões locais dos agentes econômicos e a contribuir para mudar o modo de pensar a questão do desenvolvimento regional, da ótica da abordagem exógena para a endógena. Os principais efeitos dessas mudanças foram: o processo de transformação do Estado, produzindo ambientes descentralizados devido às crescentes demandas por maior autonomia das organizações da sociedade civil (BOISIER, 1996). Os argumentos favoráveis à descentralização da ação pública foram: a) o fato de os governos locais estarem mais próximos dos produtores e dos consumidores de bens e serviços públicos, e, conseqüentemente, mais bem informados quanto às preferências da população; e b) a diferenciação nos locais pode ajudar a destacar métodos superiores de oferta de serviços públicos. (AMARAL FILHO, 2001);

Para Oliveira (2001), o desenvolvimento local poderia corresponder à noção de desenvolvimento humano trabalhado pela ONU, ou seja, à satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida. Segundo França (2002, p.5): “a compreensão de desenvolvimento local está associada a um processo de múltiplas dimensões, tornando o aspecto econômico, social, político, ambiental e cultural indissociáveis”. As políticas públicas possuem um efeito imediato por incidirem diretamente sobre pré-condições ou fatores críticos para a atividade econômica. Dessa forma, por meio do acúmulo de conhecimento e da ação prática na realidade, pretende-se que os atores sociais possam fortalecer as suas intervenções, de modo a permitir transformações efetivas nas condições econômicas locais”.

A partir do processo de globalização econômica e o fortalecimento de políticas de descentralização, o local passa a ser um espaço de efetiva atuação de diferentes indivíduos e segmentos sociais na busca do desenvolvimento. Neste sentido, a capacidade de mobilização e articulação de atores sociais aparece como uma dimensão fundamental, indicando que os aspectos sociais e políticos desempenham um papel chave nos resultados econômicos.

É relevante a estrutura social no condicionamento das iniciativas de desenvolvimento local. França (2002) afirma que nas iniciativas fomentadas por atores locais, o histórico de participação político-social das comunidades envolvidas e seu grau de organização e envolvimento com as iniciativas parecem constituir fatores preponderantes para o êxito. Assim como o protagonismo local, a articulação entre organização e conhecimento, o fomento ao empreendedorismo integrado a redes e cadeias produtivas, a criação de novos espaços públicos de decisão e gestão, ou seja, de controle social, a mudança de cultura política, entre outros fatores, adquirem grande relevância em um

processo de desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, os efeitos proporcionados aos grupos diretamente beneficiados pelas diversas políticas sociais devem ser destacados.

Assim, as iniciativas de desenvolvimento local têm como objetivo último o desenvolvimento, pois enfatizam os aspectos sociais e econômicos de uma determinada região. Dessa forma, ao não conseguir explicitar transformações estruturais, tornando endógeno o processo de desenvolvimento, são realçados os aspectos sociais.

Evidentemente constitui grande avanço a abordagem holística do desenvolvimento e não se trata, portanto, de retomar a superada dicotomia entre econômico e social.

No caso brasileiro, em que a heterogeneidade estrutural é bastante conhecida, as políticas de desenvolvimento local possuem entre seus méritos o de proporcionar um diagnóstico das potencialidades da região e de seus recursos econômicos, ambientais, humanos, sociais, culturais, etc.

Conclusão

As Políticas Sociais de Assistência Social, em especial os Programas de Transferência de Renda, são importantes mecanismos de enfrentamento à pobreza, mas para ter um real impacto no desenvolvimento local, devem ser articuladas a uma Política Econômica e Tributária que redistribua a renda e a riqueza socialmente produzida no país, fomente a geração de emprego e a proteção social do trabalhador. Devem, ainda, ser complementadas com serviços destinados ao incremento da renda familiar, por meio da participação em cursos profissionalizantes e de estímulos a atividades econômicas autônomas.

Percebe-se que no município de São José dos Campos há uma ampla rede de proteção social e que os índices e indicadores sociais representam bons níveis.

Embora estes programas não constituam uma solução única e permanente para os problemas sociais no município e para o desenvolvimento local, não há dúvida que esses programas devem fazer parte de qualquer proposta séria de promoção de uma sociedade mais justa.

Referências.

AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. Planejamento e Políticas Públicas PPP. Brasília: IPEIA, n. 23, jun. 2001.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional entre caixa preta e o

prometo político. Revista de Planejamento Urbano e Políticas Públicas. Brasília. IPEIA, n. 13. jun.1996.

BOISIER, S. ¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? Revista de la CEPAL 86, p. 47-61, agosto 2005.

CARNEIRO, C. B. L. Políticas locais de inclusão social, autonomia e empoderamento: reflexões exploratórias. Serviço Social & Sociedade. SP, Cortez, ano 28, n. 89, p. 76-103, mar. 2007.

CASTRO, M. H. G. Política Social en Brasil: Continuidades y Cambio. Seminario "Brasil y Chile: una mirada hacia América Latina y sus perspectivas, enero de 2006.

MANOLESCU, F. M. K. Evolução do Pensamento Econômico Regional: algumas considerações. In CHAMON, E. M. Q. O. (org.) Gestão de Organizações Públicas e Privadas: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

FRANÇA, C. L., VAZ, J. C., SILVA, I. P. (org.). Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local. São Paulo: Instituto Pólis, 2002 (Publicações Pólis, 40) http://www.polis.org.br/obras/arquivo_28.pdf acesso em 09 de maio 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas IBGE – <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em maio e junho 2008.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - <http://www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros/paginas/sao-paulo> acesso em maio 2008

OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

RIZOTTI, M. L. A. Estado e Sociedade Civil na História das Políticas Sociais Brasileiras. Semina: Ci. Soc. Hum., Londrina, v.22, p. 39-56, set 2001.

Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo – SEADS - <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/social/materia.asp?id=329>. Acesso em abril, maio 2008.

SILVA, Sidney Reinaldo. Ética pública e formação humana. Serviço Social & Sociedade. SP, Cortez, ano 28, n. 89, p. 31-51, mar. 2007